



ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MOEDA MONÓLITO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL NO BAIRRO CAMPO VELHO, MUNICÍPIO DE QUIXADÁ-CE

SOLIDARITY ECONOMY: AN ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF THE MONÓLITO CURRENCY ON THE DEVELOPMENT OF LOCAL COMMERCE IN BAIRRO CAMPO VELHO, MUNICIPALITY OF QUIXADÁ-CE

Maria Maiane Batista Bessa¹
Francisco Sávio Bernardo Batista²
Domingos Isaias Maia Amorim³
Pedro Herlleison Gonçalves Cardoso⁴

RESUMO:

O presente trabalho objetivou-se identificar a relevância da moeda Monólito, moeda social, como mecanismo para o desenvolvimento do comércio local, localizado no bairro Campo Velho no município de Quixadá-Ce, local que apresenta baixa vulnerabilidade. Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. Fez-se um relato de experiência a partir da observação e experiência durante a coleta dos dados em campo. Na coleta foi utilizada uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas. Para gravação da entrevista utilizou-se um aparelho celular. Os dados coletados foram organizados e analisados a partir da análise de conteúdo temática proposta por Bardin, resultando em quatro categorias. Em conformidade com os aspectos éticos e legais em pesquisa com seres humanos, o participante assinou previamente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Identificou-se que o Banco Quixadá é indutor da economia solidária, comprovando a sua relevância com a criação da moeda Monólito, essa ação vem ser uma forma inovadora de saída econômica viável para atender as necessidades da população do bairro Campo Velho, que possibilitou um aumento no consumo por parte população carente, contribui para o desenvolvimento do comércio com o ganho de novos clientes, logo visto no aumento das vendas e também fortalece a economia local por haver mais circulação de renda dentro da comunidade. Contudo, têm-se a necessidade de assistência para manter as atividades do banco, de maneira a intensificar as oportunidades de crescimento para a comunidade.

Palavras-chave: Economia Solidária; Moeda Social; Banco Quixadá; Moeda Monólito.

ABSTRACT:

This study aimed to identify the relevance of the Monolito currency, a social currency, as a mechanism for the development of local commerce, located in Campo Velho in the municipality of Quixadá-Ce, a place of low vulnerability. It is a descriptive and exploratory field investigation with a qualitative approach. An experience report was prepared based on observation and experience during the collection of data in the field. In the collection a semi-structured interview was used, with open and closed questions. To record the interview a cell phone was used. The collected data were organized and analyzed based on the analysis of thematic content proposed by Bardin, resulting in four categories. In keeping with the ethical and legal aspects of research with human beings, the participant previously signed a Free and Informed Consent Form. It was identified that Banco Quixadá is an inductor of the solidarity economy, demonstrating its relevance with the creation of the Monolito currency, this action is an innovative way of viable economic solution to meet the needs of the settlement of Campo Velho, which allowed an increase in consumption of the needed population, contribute to the development of commerce through the capture of new customers, which will soon be seen in the increase of sales, and also strengthens the local economy while having a greater circulation of tickets within the community. However, assistance is needed to maintain the bank's activities in order to intensify the growth opportunities for the community.

Keywords: Solidary Economy; Social Currency; Banco Quixadá; Monolith Currency.

¹ Economista. Especialista em Gestão Financeira, controladoria e auditoria - Faculdade Vale do salgado-FVS; E-mail: maianebatistabessa@gmail.com

² Mestrando em Demografia, pelo Programa de pos graduação em Demografia-PPGdem/UFRN; E-mail: saviobernardoeconomia@gmail.com

³ Doutorando em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada – PPGEA/USP; domingos_isaias@usp.br

⁴ Doutorando em Economia Rural – PPGER/UFC; pedroherlleison@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) é um meio inovador na geração de renda, trabalho e inclusão social, voltado para a busca do desenvolvimento de todas as pessoas de forma igualitária. Como defini Singer (2008), ela é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, em que os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham.

A ES é um fato social que chegou ao Brasil por volta da década de 1980, ganhando força maior na segunda metade da década de 1990, trazendo alternativas para atender as necessidades das pessoas e diminuir as desigualdades. De acordo com Vidal (2017), o surgimento da economia solidária vem atuar como fonte de aumento de expectativas dos mais pobres, ganho no poder de compra, aumento da renda e contribuição para o meio ambiente do qual fazem parte, trazendo condições melhores de vida e desenvolvimento local.

A ES mostra uma nova forma de desenvolvimento para fornecer trabalho e renda para população mediante o crescimento econômico, sendo caracterizada pela autogestão, cooperação, dimensão econômica e solidariedade (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2006).

Diante disso, surgem formas práticas de ES, como a moeda social, a qual possui características próprias, surgindo como uma alternativa de escambo e considerada um mecanismo de desenvolvimento local. Então, evidencia-se que a moeda social vem estimular o “comércio e o consumo nos empreendimentos locais e faz com que o dinheiro seja notoriamente gasto dentro da comunidade em que se torne e retenha como moeda de troca para que o intuito maior seja o diferencial de ajuda” (GOLTARA, 2015 p.13).

Assim buscou conhecer uma ação que está sendo desenvolvida em um bairro no município de Quixadá-CE, ele é considerado um local carente, sob famílias com condições de vulnerabilidade social e pouca circulação de renda. A ação é denominada Banco Quixadá, onde foi criada a moeda social Monólito, como forma de microcrédito para o consumo de famílias carentes, como também para a produção, fornecendo um crédito a pequenos empreendedores para investirem em seus negócios.

A relevância de se discutir as práticas da economia solidária ligada à solidariedade, se justifica pelo fato dela trazer para a sociedade uma nova perspectiva para geração de renda, trabalho e inclusão social das pessoas que se sentem excluídas.

O interesse pela temática despertou ainda por conhecer a utilização da moeda social e suas contribuições para uma comunidade, principalmente para os comerciantes. Essa prática pode ser vista como uma nova forma para a economia, pois contribui para o crescimento local e assim proporciona saídas econômicas que sejam viáveis para atender as necessidades e reduzir as desigualdades sociais existentes na comunidade local.

Assim sendo, também houve interesse em decorrência da escassez de literaturas locais relacionadas à temática. Alusivo às contribuições para a comunidade científica, a presente pesquisa almeja somar com as literaturas já existentes, oportunizando dispor de conteúdos atualizados, possibilitando o conhecimento e/ou reiterando aquele já constatado em estudos de mesma natureza.

Dessa forma, no que se refere à relevância para o meio acadêmico, é pertinente notificar que, por meio de trabalhos deste cunho, é permitido á comunidade acadêmica tomar



o conhecimento sobre a importância de discutir sobre os elementos que envolvem a economia solidária.

A significância para o meio social centraliza-se na possibilidade de permitir à sociedade o conhecimento acerca da economia solidária e os seus mecanismos de desenvolvimento, pois, a partir do conhecimento, a sociedade pode desconstruir, sobre importantes elementos que precisam ser compreendidos e trabalhados na sua realidade para a melhoria na busca para o desenvolvimento local.

Sendo assim, em meio à relevância que a economia solidária vem apresentando com suas ações para uma sociedade mais carente, a pesquisa irá abordar apenas uma delas, um projeto que foi desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento de Trabalho Integrado ao Social (CDTIS) criando um banco comunitário de desenvolvimento, o Banco Quixadá existente no Bairro Campo Velho no município de Quixadá-Ce. Levando-se ao seguinte questionamento: Qual a relevância da moeda Monólito para o desenvolvimento do comércio local?

O estudo tem como objetivo geral identificar a relevância da moeda Monólito para o desenvolvimento do comércio local, no Bairro Campo Velho, município de Quixadá-CE. Como objetivos específicos têm-se: conceituar Economia Solidária, Banco Comunitário de Desenvolvimento Local e Moeda Social; descrever o Banco Quixadá como prática de socioeconômica solidária do Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS); verificar a contribuição da moeda Monólito para o desenvolvimento do comércio local, no Bairro Campo Velho município de Quixadá-Ce.

Visando o alcance dos objetivos, a metodologia teve uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, quanto aos procedimentos utilizados citam-se à pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e o relato de experiência. As informações foram coletadas através de livros, revistas, artigos, teses, dissertações, monografias, documentos, questionário e entrevista. O questionário foi aplicado ao funcionário do banco e a entrevista ao comerciante que recebe a moeda Monólito em seu estabelecimento. Os tipos da análise de dados foram bibliográficos e documentais, descritiva e análise de conteúdo temática.

Assim, além dessa seção introdutória, esse trabalho conta com as seguintes seções: os procedimentos metodológicos; o referencial teórico acerca dos conceitos da economia solidária, bancos comunitários de desenvolvimento local e a moeda social; a descrição do Banco Quixadá como prática socioeconômica solidária do Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS); a Moeda Monólito e as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Esse estudo quanto a sua abordagem caracteriza-se como qualitativo. Nesse sentido, Prodanov e Freitas (2013), consideram que a abordagem qualitativa possibilita maior relação entre o sujeito e o objeto, na qual se tem uma interpretação e a atribuição dos fenômenos, em que a pesquisa tem o ambiente como fonte direta para coleta de dados.

Em relação ao tipo de pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Gil (2008), define a pesquisa exploratória como um estudo que apresenta menor rigidez em seu planejamento, tendo em vista a formulação de problemas ou hipóteses que tem a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.



A pesquisa descritiva segundo Ribas e Fonseca (2008), tem o objetivo de se familiarizar ou constatar a uma nova percepção acerca do fenômeno. Essa pesquisa conhece e interpreta por meio da observação, do registro e da verificação das variáveis, esmiuçando a realidade tal como esta se apresenta.

Quanto aos procedimentos utilizados, o estudo contou com uma pesquisa bibliográfica, estudo de campo e o relato de experiência. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é constituída de contribuições de vários autores sobre determinado assunto, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com material já escrito sobre o tema da pesquisa. Em relação ao estudo de campo Nascimento (2012), trás que, a pesquisa de campo caracteriza-se por propiciar o contato do pesquisador com os participantes, em que, detêm-se a partir da observação de um problema de ordem social, busca coletar dados pertinentes à ocorrência dos fenômenos e, posteriormente, busca fundamentar em métodos e técnicas específicas. Cabe ressaltar a necessidade de delimitar a área onde a pesquisa foi realizada e quais foram os participantes.

Diante da pequena amostra que se obteve em decorrência da não participação dos sujeitos durante a pesquisa em campo, se buscou compreender melhor os resultados de um relato de experiência da pesquisadora.

Assim, o relato de experiência enquadra-se nas pesquisas de cunho social, pondo em questão tanto o observado, quanto as suposições prévias ao estudo, possui relevância na descrição, concepção e reflexão a cerca de uma vivência específica (LOPES, 2012).

Diante do exposto, é perceptível que cada procedimento utilizado tem a sua função e importância nesse estudo, ou seja, para que os objetivos propostos sejam cumpridos é necessário que se apliquem os procedimentos adequados.

O estudo se desenvolveu no território da cidade de Quixadá localizada na microrregião do sertão de Quixeramobim e, na região Sertão Central do estado do Ceará. De acordo com os dados do IPECE (2017), esse município está situado em relação ao norte de Ibaretama, Itapiúna e Choró, ao sul Quixeramobim e Banabuiú, ao leste Banabuiú, Morada Nova, Ibicuitinga e Ibaretama, e ao oeste os municípios de Choró e Quixeramobim. Apresenta uma distância em linha reta de 147km da capital, Fortaleza. Possui um território de cerca de 2.019,8 km² e densidade demográfica 39,91 hab/km².

O Banco Quixadá configura-se como banco de finanças solidárias, que foi fundado em junho de 2011 pelo Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS), está localizado na Rua Tenente Cravo, nº 433, no Bairro Campo Velho, município de Quixadá-CE. O critério da escolha do banco se justifica pela grande representação que o Banco Quixadá promove em sua região, em proporcionar desenvolvimento local através de atividades solidárias (QUIXADÁ, 2018a). Diante disso, viu-se a possibilidade de verificar a

Conforme os dados informados pela Agente de Crédito têm-se em torno de 20 comércios de pequeno porte cadastrados no Banco Quixadá, entre eles supermercados, padarias e lanchonetes. Então diante da pesquisa em campo realizada, o trabalho obteve como sujeito de estudo, apenas um comércio do bairro Campo Velho, que participou da entrevista.

Inicialmente, para saber a viabilidade do estudo foi necessário entrar em contato com os representantes do Banco Quixadá. E posteriormente realizou-se uma visita ao mesmo a fim de verificar as informações que já haviam sido repassadas por seus membros, também foi realizada uma entrevista via e-mail, com umas das agentes de créditos do banco para obtenção de mais informações sobre o Banco Quixadá e a Moeda Monólito.



Salienta-se que a entrevista, enquanto instrumento de pesquisa qualitativa, visa captar as concepções, compreender sentimentos e vivências que emanam de uma dada temática e contexto (COSTA et al., 2017).

Para cada objetivo proposto houve sua forma de coleta e análise de dados, que se configuram de suma importância na realização dos mesmos. No primeiro objetivo, desenvolveu uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos, dissertações, teses, monografias, documentos e arquivos relacionados à temática. Com relação à análise dos dados, foi feita uma análise bibliográfica através de conteúdos já publicados, para obter a base teórica acerca dos conceitos de Economia solidária, Banco Comunitário de Desenvolvimento e Moeda Social.

No segundo objetivo, realizou uma pesquisa descritiva feita pela pesquisa documental e a entrevista realizada com um dos gestores do banco. De acordo com Severino (2007), essa pesquisa documental é realizada pela investigação dos conteúdos e análises dos mesmos, constituída por meio do tratamento analítico de documentos legais, impressos, jornais, revistas, fotos e etc. A análise dos dados, se deu pela análise documental, a qual se refere a arquivos do Banco Quixadá e das informações coletadas na entrevista com uma das agentes de créditos do banco para a caracterização do *lócus* de estudo.

A coleta de dados para o último objetivo foi à pesquisa de campo por meio da entrevista semiestruturada, a qual foi realizada com perguntas abertas e fechadas, o que possibilitou o entrevistador a discorrer sobre o assunto proposto. Nesse tipo de entrevista, os participantes da pesquisa são provocados a transporem às perguntas realizadas e comentarem mais acerca da temática e/ou questões que surgirem, estando essas alicerçadas no conteúdo de base (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A entrevista foi gravada, e logo transcrita visando amenizar a perda de informação, para posterior análise. À vista disso, prevaleceu o direito de livre participação do sujeito da pesquisa. Para tanto, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi devidamente assinado pelo participante que consentiu participar do estudo.

Para realizar a análise de dados, utilizou-se a análise descritiva com o objetivo de relatar a experiência em campo. Também foi realizada uma análise de conteúdo temática, que se fez a partir da fala do entrevistado. Nesse sentido Bardin (1997), define análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Os dados foram categorizados, a partir das palavras que possuem uma maior concentração de informações relevantes, a fim de se obter uma melhor interpretação dos mesmos. As categorias consistem no agrupamento de informações que assumam semelhante valor em sua essência. Os dados podem ser agrupados em categorias, que possibilita a alocação dos dados da forma bruta, para uma estruturação organizada e explicativa (BARDIN, 2011; BRANCO, 2014).

Assim sendo, os dados foram agrupados em quatro categorias, que seguem:

- Categoria 1: adesão da moeda Monólito;
- Categoria 2: desenvolvimento do comércio e a economia local;
- Categoria 3: sugestões para fortalecimento da moeda na comunidade e o diferencial das outras comunidades e;
- Categoria 4: conhecimento sobre a Economia Solidária.



3. CONCEITUANDO ECONOMIA SOLIDÁRIA, BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E MOEDA SOCIAL

A Economia solidária (ES) configura-se como um meio inovador na geração de renda e trabalho. Segundo Singer (2008), é um novo modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, onde os meios de produção são de posse coletiva, tendo como característica central a autogestão e organização de cooperativas.

Silva (2015), ressalta que a ES ou economia popular solidária vem propor a autogestão como uma nova alternativa de gerenciar e acreditar em decisões democráticas e descentralizadas⁵. Essa economia vem para valorizar o indivíduo em seu processo produtivo, possuindo valores éticos e de sustentabilidade.

A ES tem como visão de futuro ser reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva de autogestão de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida (BRASIL, 2015).

Ecosol Base Brasileira⁶ (2009), discorre sobre as características da ES, destacando o seguinte: a Cooperação a existência da interação social, em que os objetivos são comuns, “união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária”; a Autogestão é praticada pelos participantes das organizações nos seus processos de trabalho, nos seus diversos graus e interesses; a Dimensão Econômica “envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais”; e a Solidariedade tem seu caráter solidário com “uma justa distribuição dos resultados alcançados, melhoria das condições de vida dos participantes; preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores”.

A Economia Solidária surge, “como uma alternativa ao desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores controla e participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas” (SANTOS, 2009, p.20). Sendo assim, essa economia vem surgir das relações coletivas em busca de suprir as necessidades das pessoas, para melhorar a sua sobrevivência, apoiada pela confiança e pela reciprocidade, evidenciando uma nova economia que vem alicerçar uma riqueza social e o bem-estar (RAPOSO, FARIA, 2015).

A ES se apresenta por meio de uma pluralidade de atividades propícias para a geração de trabalho e renda, incluindo empreendimentos produtivos e de prestação de serviços, como também organizações que prestam atividades de suporte, como financiamento, comércio e consumo dos bens e serviços ofertados pelos empreendimentos (COSTA, CARRION, 2009).

⁵ Descentralizar significa dar certos poderes às coletividades locais. (Dicionário Aurélio)

⁶ Ecosol rede Brasileira é uma Cooperativa Central Base de Apoio ao Sistema ECOSOL no Distrito Federal – Base Brasília Ltda, regida pela Lei 5.764 de 16/12/71 e fundada em 05 de outubro de 2009, com prazo de duração indeterminado, sede, administração e foro no Distrito Federal. A Ecosol Base Brasília, fomenta atividades de geração de trabalho e renda, promoção econômica e social, fortalecimento das práticas e dos princípios do cooperativismo e da economia solidária, bem como, promove a acessibilidade e inclusão econômica e social dos cidadãos em desvantagem no mercado econômico, visando criar a possibilidade de se constituírem cooperativas sociais para organização e gestão de serviços sóciosanitários e educativos, mediante atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, contemplando pessoas com deficiência.



A ES no Brasil baseia-se de acordo com Santos (2009, p.24), em “um processo de organização social e econômica de trabalhadores; na geração de trabalho; renda e inclusão social, bem como para o processo de desenvolvimento local”, por meio da criação de empreendimentos econômicos solidários, como também a junção de redes de cooperação.

Segundo Cunha e Dias (2015, p.4), a ES “nasce no Brasil em meio às intensas lutas de trabalhadores organizados que lutavam contra a exploração do trabalho e o modelo capitalista de produção e consumo”. Então o surgimento se deu devido ao crescimento acelerado do capitalismo durante o século XIX, surgindo como movimento social na Inglaterra.

A ES “envolve um diversificado conjunto de ações sociais e coletivas voltadas à geração de trabalho e renda e projetos de desenvolvimento local sob o princípio da autogestão” (IPEA, 2017). Por se tratar de um novo campo, a ES vem se tornando de maneira diversificada uma inovação de finanças solidárias para economia, em que a solidariedade e a ética são bases para as práticas sociais.

De acordo com Raposo (2014), o objetivo das finanças solidárias é democratizar o acesso ao crédito em comunidades carentes com risco social, e ainda proporcionar desenvolvimento territorial com novas ações. Então se destaca como experiências de finanças solidárias: as cooperativas de crédito, os fundos rotativos, os bancos comunitários de desenvolvimento com a introdução de moedas sociais, podendo haver outras iniciativas coletivas.

Conforme estudos do Ipea, o II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil ocorreu entre fins de 2009 e início de 2013, gerando uma nova base para compor Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). O mapeamento identificou 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação (IPEA, 2016).

Desse modo os dados indicam que a economia solidária tem grande relevância como ferramenta para geração de emprego e renda. Assim sendo, os empreendimentos são formados de acordo com Culti (2009, p.153), “por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em vias de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregado e pelos empobrecidos”.

Maturana, Costa e Kohler (2018, p. 1), ressaltam que a ES esta associada “a um conjunto de alternativas que possuem como objetivo melhorar a vida da população de um determinado local”. Constata então que essa economia tem vários mecanismos como fonte de trabalho e renda capaz de suprir as necessidades das pessoas, porém este trabalho irá abordar apenas um, o Banco Comunitário de Desenvolvimento, que se baseia em princípios da economia solidária fornecendo uma moeda como forma de microcrédito para empreendimentos e consumo das pessoas.

3.2 Bancos Comunitários de Desenvolvimento Local

O Conselho Económico e Social (1996, p.48), “reconhece às iniciativas de desenvolvimento local um papel motor na dinamização das capacidades dos mercados locais, criando emprego e proporcionando melhores condições de vida às populações”. Assim de acordo com o mesmo autor, uma comunidade desenvolve-se à medida que promove as suas competências, não somente econômicas, mas sociais e culturais.

Desenvolvimento Local configura-se “como processo de mudança centrada numa comunidade que tenha problemas a ser resolvidos, que procura dar respostas com os recursos



endógenos através de uma pedagogia de participação”, com isso identifica-se na comunidade a insuficiência de recursos (SILVA, 2013, p. 22).

Uma melhoria que pode ser vista como uma inovação social que propõe desenvolvimento local para uma comunidade que possui baixa vulnerabilidade é a implantação de um banco comunitário e moeda social, realizado por meio do fornecimento de serviços financeiros que são ofertados a sua população, sociedade e ainda fortalece o consumo e produção local, assim como também viabiliza a expansão e potencialização das capacidades da população das comunidades locais onde se localizam (FARIAS, RAPOSO, 2015).

Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são redes de finanças solidárias que têm como base a economia solidária. França Filho e Silva Junior (2009) definem “como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano”.

Araújo (2012), sanciona que o principal objetivo dos BCDs é proporcionar o desenvolvimento de territórios que são de baixa renda, isso acontece mediante ao apoio de iniciativas de economia solidária, com a criação de redes locais de produção e consumo, fazendo com que esses bancos gerem trabalho e renda na comunidade em que são inseridos.

O Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP (2013, p.35), salienta reflexões de Paul Singer destacando que “a finalidade do banco comunitário não é maximizar seu lucro, como fazem os bancos capitalistas, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou e o utiliza”.

Conforme o Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento⁷, os BCDs tem o objetivo de proporcionar o desenvolvimento de territórios de baixa renda, isso acontece através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, que se baseiam no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, tais como: empreendimentos sócios produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

De acordo com Rigo, França Filho e Leal (2015), os BCDs são tidos como alternativas de inclusão financeira, “para as pessoas mais pobres por se apoiarem nas relações sociais do território e se basearem em valores como solidariedade e confiança que permeiam as operações financeiras reguladas comunitariamente”.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento têm o propósito de executar um trabalho de inclusão social por meio do crédito solidário, financiamento de produção e consumo local, os mesmos estão inseridos no campo de finanças solidárias, de maneira que fortalece as relações econômicas da comunidade e colaborando de maneira positiva para a exclusão social e econômica através do desenvolvimento territorial (RAPOSO, 2014).

Segundo Rigo e França Filho (2017), os BCDs atuam nos territórios⁸ de maneira em que grande parte das diferentes ações e intervenções se baseia na constituição de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) dos mais variados tipos, tais como: cooperativas populares de diferentes ramos, associações de moradores, e/ou de produtores, grupos de trabalho como os de artesões, catadores de lixo, mulheres, jovens entre outros.

⁷ Esse Termo de Referência foi aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado nos dias 18, 19 e 20 de Abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia – Ceará.

⁸ Rigo e França Filho definem os territórios não pelos seus limites físicos, mas pelas suas próprias interações sociais. (2017, p. 14)



Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento oferecem “para a comunidade serviços bancários próprios e outros serviços que dependem da parceria com bancos públicos” (RAPOSO, 2014).

O surgimento dos BCDs conforme os estudos de Rigo, França Filho e Leal (2015), se deu a partir da criação do Banco Palmas, em 1998, em Fortaleza, Ceará, esta Rede de BCDs vem se instituindo. A criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, ocorreu notadamente a partir de 2003, sua ampliação vem se permitindo devido ter o estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas e privadas, como também vem alicerçar seu fortalecimento e o envolvimento de outras Entidades de Apoio e Fomento (EAF) na metodologia de criação de BCDs.

Rigo e Cançado (2017), ressaltam que o segundo BCD no Brasil, está também localizado no Ceará foi fundado em 2004; em 2009 já tinham 49 BCDs e, em maio de 2012, a rede brasileira se constituía de 78 BCDs. No final de 2013 eram 103 BCDs localizados em vários Estados. Neste conjunto, no Nordeste estão localizados 52 BCDs, 16 na Região Norte, 6 na Centro-Oeste, 25 na Região Sudeste e 1 BCD no Distrito Federal. Com isso têm-se que o Estado com maior número de BCDs é o Ceará (37), seguido de São Paulo (10) e da Bahia (8).

Assim sendo, Maturana, Costa e Kohler (2018), em seus estudos constataram que 14,8% dos Bancos Comunitários se encontram na região Norte, que 49% se localizam na região Nordeste. Na região Centro-Oeste se localiza 9,4%; na região Sudeste 24% e 2,8% na região Sul.

O funcionamento dos BCDs é baseado nas relações de proximidades, confirmando essa ideia Rigo, França Filho e Leal (2015), destacam que “ao solicitar um empréstimo, o agente de crédito do BCD realiza um cadastro simplificado, e em seguida consulta sua rede de relações e vizinhança como principal fonte de informação sobre a pessoa na comunidade”.

Os bancos fornecem crédito às pessoas físicas e jurídicas (agentes econômicos) que acreditam que vão honrar seus compromissos nos prazos estipulados. Para acreditar nos demandadores de crédito são necessárias basicamente duas coisas: tempo e informação. Só se confia em pessoas que conhecem. A convivência, ao longo do tempo, dá informações que permitirão firmar conceito sobre a conduta. Assim, o banco somente emprestará dinheiro a clientes que conheça a algum tempo, de sorte que experiências positivas forneçam dele informações suficientes para acreditar/confiar ser ele merecedor de crédito (SERPA, 2008).

Os BCDs têm o intuito de estimularem a produção e o consumo local, eles criam e mantém no território instrumentos que irão incentivar ao consumo e também a produção, podemos citar o cartão de crédito e a moeda social circulante local (RIGO, FRANÇA FILHO E LEAL, 2015). Sendo assim, trataremos da moeda social, como instrumento de troca dentro de uma comunidade.

3.3 Moeda Social

Pode-se definir moeda social de acordo com Soares (2009, p. 255), “como uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia”.

A moeda social ou moeda local tem a finalidade de conservar e proporcionar a riqueza na comunidade local, ela é criada para circular dentro de um limite territorial. De maneira oposta a moeda nacional, que faz troca com moedas de outros países, a moeda local não é válida fora do espaço em que está inserido, o que significa que o uso dessa moeda se dar



apenas dentro da comunidade favorecendo o consumo e investimento da economia local (MENEZES, CROCCO, 2009).

Nesse sentido, é relevante destacar que a moeda social possui essa característica de caráter social, assumindo um importante papel social ao transmitir vínculos de cooperação entre os seus próprios moradores das diversas comunidades que a utiliza, ela é criada, distribuída e administrada com transparência e equidade por seus próprios usuários, usam de forma equilibrada para que não se acumule moeda (REDLASES, 2006; GOLTARA, 2015).

De acordo com Soares (2011, p.61), “a moeda social deve ser entendida como a base de todo um sistema econômico/financeiro/social alternativo que existe potencialmente, mas que ainda precisa ser desenvolvido”. O mesmo autor constata que além da moeda social ser descentralizada e autônoma, ela propõe em sua dinâmica não permitir a usura⁹, ou seja, não cobrar juros, assim impossibilitando do dinheiro se transformar em capital financeiro. O que torna necessário incorporar parâmetros que são indispensáveis em sua dinâmica que são: o compromisso com a sociedade e o meio ambiente, a busca pela autonomia e principalmente a prática da solidariedade.

Conforme Souza e Fernández (2015, p.14), “as moedas sociais devem ser encaradas como mecanismos de indução do desenvolvimento socioeconômico tanto por suas características propriamente monetárias e econômicas, como por questões sociais”.

A função da moeda social é promover desenvolvimento através de melhorar a qualidade de vida, troca de produtos, serviços e saberes, inclusão social e reinvenção da economia, circulação de dinheiro local, crédito barato, aumento de monopólio, diminuição do desemprego, aumento de cuidados ambientais, solidariedade, valorização de serviços não remunerados, aumento da capitalização dos empreendimentos locais e diminuição dos custos fixos locais financeiros (DIAS, CUNHA E ARAÚJO, 2015).

De acordo com Resgala (2017), a circulação das moedas sociais manifesta de forma mais ampla na economia solidária. É possível identificar pela moeda social o quanto uma ação de economia solidária é capaz de abranger toda uma área urbana e não apenas um pequeno grupo. De fato, a moeda configura um potencial de extensa abrangência e adesão pela população na medida em que viabiliza a conformação de um extenso clube de trocas em toda a área delimitada como de atendimento do banco comunitário.

As moedas sociais podem representar uma inovação tecnológica com potencial para enfrentar as dificuldades e/ou falhas dos sistemas monetários vigentes, principalmente no pós-crise global, quando países considerados sustentáculos da economia mundial viram ruir suas teorias, abalando a estrutura financeira mundial. Moedas sociais são usadas, no Brasil, para fortalecer programas de economia solidária, privilegiando comunidades carentes que, de outro modo, não teriam acesso ao sistema (RIBEIRO, 2013).

Corroborando com o contexto já mencionado, Raposo e Faria (2015, p. 553), ressaltam que além da circulação local que a moeda social apresenta, ela se caracteriza como uma “prática monetária inovadora que ressignifica o processo social e econômico, recupera a capacidade dos agentes de influenciar os fluxos da economia local e na reprodução social como mecanismo de circular na comunidade os recursos locais”.

Segundo Soares (2011), a experiência da moeda social está acompanhando os movimentos da economia solidária no Brasil, o que significa dizer, de contestação do padrão dominante de desenvolvimento econômico e social no País, ela vem se caracterizando como

⁹ Usura significa, contrato de empréstimo com cláusula de pagamento de juros por parte do devedor



um dos instrumentos dessa nova proposta de desenvolvimento a qual os diversos movimentos da economia solidária vêm buscando.

A introdução da moeda social fortalece a economia local, com ações diretas no mercado de trabalho, na produção, no consumo e na distribuição de renda, dinamizando a economia local em atender as necessidades existentes dentro de uma comunidade (KOHLER, OLIVEIRA, 2013).

4 DESCRIÇÃO DO BANCO QUIXADÁ - UMA PRÁTICA SOCIOECONÔMICA SOLIDÁRIA

O Banco Quixadá, criado em junho de 2011, recebeu uma carta de crédito de um projeto da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES), sendo fundado pelo Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS), o qual se constitui como uma organização sem fins lucrativos. O CDTIS captou uma carteira de crédito de 30 mil reais para desenvolvimento de ações de microcrédito orientado para famílias de baixa renda. O Banco Quixadá teve a sua moeda suspensa por cerca de quatro anos, mas retornou em outubro de 2017, atualmente o banco desenvolve suas atividades que visam a fortalecer a economia local com o incentivo à produção e consumo (BANCO QUIXADÁ, 2018a).

O Banco Quixadá, desempenha sua assistência ao atendimento a microempreendedores, visando o investimento em seus negócios. Nesse sentido, alicerça-se em um empreendimento de crédito produtivo. Destacando-se que o atendimento é dispensado, especificamente, o microempreendedor, o microcrédito de consumo, tendo no centro as famílias sob condições de vulnerabilidade social.

Diante de tal cenário, é válido evidenciar que a política do microempreendedor possibilita o desenvolvimento de ações voltadas para populações em condições de vulnerabilidade social, e ainda favorece as contribuições para seguridade social¹⁰ (AGAPITO; IRIGOYEN, 2017).

A fim de facilitar o acesso no banco, o mesmo possuía, até recentemente, parcerias com outros bancos. A saber: havia nas dependências internas, o funcionamento de um Caixa Aqui, em decorrência da parceria entre o Banco Quixadá e a Caixa Econômica Federal (BANCO QUIXADÁ, 2018a).

Assim como os demais bancos, o banco em questão acarreta benefícios para a comunidade, dentre esses, cita-se: um caráter facilitador no acesso ao crédito a pequenos empreendedores e ainda se evidencia o fortalecimento da economia local.

Ainda nessa perspectiva, o microcrédito se configura como a dispensação de crédito para micro e pequenos empreendedores, em que os negócios assumem um pequeno porte, sendo relevante para a ascensão ao mercado comercial e de trabalhado, compreendendo assim fonte de renda para família e localidade (ZOUAIN, BARONE, 2008).

¹⁰ Martins conceitua o direito a seguridade social como conjunto de princípios, de regras e instituições destinadas a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover suas necessidades pessoais básicos e de famílias, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social. (2006, p. 169)



Corroborando com o já mencionado, Viana e Fonseca (2011), em seu estudo relacionado ao impacto social de um banco específico, evidenciaram que as ações desenvolvidas pelo banco surtiram efeitos positivos no desenvolvimento local.

De acordo com as informações repassadas pela Agente de Crédito, o bairro Campo Velho é considerado um dos bairros mais carentes do município de Quixadá, o mesmo possui uma vulnerabilidade social das famílias e pouca circulação de renda. Em função desse cenário o Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS) criou esse projeto denominado Banco Quixadá, como uma forma de melhoria para pequenos comércios e auxiliar as famílias com carências sociais (BANCO QUIXADÁ, 2018a).

O Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que nasceu oficialmente em outubro de 2003 no município de Quixadá, a partir do desejo de um grupo de profissionais e lideranças sociais do município de Quixadá motivados pelo desejo de contribuir para a mudança de realidades que colocam milhares de famílias em situação de pobreza e de falta de dignidade (BANCO QUIXADÁ, 2018b).

O CDTIS tem hoje, 15 anos de existência e surgiu com a certeza que através de ações e incentivo a geração de emprego e renda, estimulando a criação de pequenos empreendimentos, agregando a consciência cidadã junto às famílias, era possível colocá-las em outro patamar de dignidade. Assim, motivados pela certeza de que existem tecnologias sociais capazes de melhorar a vida de muitas famílias a equipe do CDTIS iniciou um processo de parcerias com o poder público e iniciativa privada para desenvolvimento de projetos nesta perspectiva.

Vasconcelhos (2008, p. 216), destaca a importância das políticas políticas para o desenvolvimento, as quais vão “possibilitar que um maior número de indivíduos da sociedade possa participar do processo econômico e social, para estabelecer os valores importantes ao desenvolvimento, de uma determinada nação”.

Dentro dos inúmeros projetos desenvolvidos visando à geração de renda e trabalho no município, o CDTIS em junho de 2011 fundou o Banco Comunitário de Quixadá, o qual logo quando implantado teve ações diretas em 04 bairros de Quixadá, especificadamente na zona urbana, atendendo a pequenos comércios. Esse banco possibilitou a circulação em nível municipal uma moeda social chamada de “monólitos”. A fundação do Banco Comunitário de Quixadá é fruto de uma parceria com o Banco Palmas, que por sua vez tinha uma parceria com o Governo do Estado do Ceará visando ampliar o número de bancos comunitários no Estado. Atualmente o Banco Quixadá atende somente um bairro (BANCO QUIXADÁ, 2018b).

Assim o CDTIS é responsável juridicamente pelo Banco Comunitário de Quixadá, e apresenta para a execução dos serviços a disponibilização de 02 agentes de créditos, 01 atendente cotidianamente no próprio banco junto aos usuários da moeda Monólitos, consumidores e empreendedores.

No Banco Quixadá salienta-se que a moeda social utilizada é a moeda Monólitos, sendo a mesma liberada para o consumo, apresentada de três formas: 1. Microcrédito Produtivo – 30% do Crédito Produtivo é Liberado em moedas Monólitos, este tipo de microcrédito é voltado para pequenos empreendedores; 2. Microcrédito de Consumo – 100 % Liberado em moeda monólitos, este crédito é voltado para as famílias que se encontram com dificuldades financeiras, objetivando prestar um apoio às mesmas; 3. Trocas – Troca da Moeda Real por monólitos (BANCO QUIXADÁ, 2018a).



Atualmente, cada Monólito disponibilizado pelo Banco Quixadá vale R\$ 1 e é aceito em cerca de 20 estabelecimentos de pequeno porte da região. A Agente de Crédito acrescenta que os comércios chegam a oferecer descontos de 3% a cada compra (BANCO QUIXADÁ, 2018a).

A mesma fonte salienta ainda que, por meio do microcrédito produtivo, microcrédito de consumo e troca, os moradores têm acesso à moeda local, viabilizando o alcance dos objetivos e aumento da circulação local da moeda, fato que finda proporcionando um desenvolvimento local.

Por fim, cabe salientar que a adesão à moeda, por parte dos comerciantes, é antecedida por explicação esmiuçada do funcionamento da moeda, bem como das vantagens. A troca da moeda local pela moeda Real viabiliza a maior adesão por parte da classe em questão, os comerciantes.

5 MOEDA MÓNOLITO

Nesta seção estão descritas as análises de dados e resultados a partir das informações coletadas em campo. Assim sendo, buscou contemplar aos resultados do estudo dando a caracterização da moeda Monólito, um relato de experiência e a contribuição da moeda para um comércio, conforme o uso das ferramentas descritas na metodologia.

A moeda Monólito foi criada em junho de 2011, com o intuito de abranger todo o município de Quixadá, tendo em vista que foi inviável por falta de recursos para a demanda, então se concentrou em apenas um bairro, o qual foi caracterizado com um índice maior de vulnerabilidade social (BANCO QUIXADÁ, 2019).

O nome Monólito dado à moeda, se deu em função do município Quixadá ser conhecido como “terra dos monólitos” por possuir em seu território incontáveis monumentos naturais de pedra.

As novas moedas em circulação no bairro são M\$ 0,50, M\$ 1,00, M\$ 2,00, M\$ 5,00 e M\$ 10,00. As estampas que destacam as cédulas são monumentos históricos da cidade que são: o Chalé da Pedra (M\$ 1,00), o Mosteiro da Serra do Estevão (M\$ 2,00), o Santuário de Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão (M\$ 5,00), o Açude do Cedro (M\$ 10,00,) e um dos mais famosos repentistas do Brasil, Cego Aderaldo (M\$ 0,50).

De acordo com agente de crédito a moeda Monólito tem exclusividade do Banco Quixadá, sendo ela válida apenas dentro do bairro. Cada Monólito equivale a R\$ 1,00 e os moradores do bairro conseguem a moeda através de empréstimos no banco e assim realizarem as compras de produtos nos comércios que aceitam a moeda. Quem compra com monólitos no comercio local tem até 3% de desconto na mercadoria.

O Monólito surgiu da necessidade de gerar a circulação de renda dentro da comunidade. A agente de crédito ressalta as vantagens da mesma: desenvolve a economia do bairro, pois o dinheiro está circulando dentro da comunidade; os empréstimos realizados pelas pessoas não têm cobrança de juros; os comércios dão descontos; e também é vantajosa para os mesmos, pois o Monólito pode ser trocado pelo Real no banco. Assim sendo, o objetivo dessa moeda é alicerçar o desenvolvimento, a fim de proporcionar benefícios as pessoas mais carentes em gerar mais renda e emprego dentro do bairro.

Ainda se relatou na percepção dos funcionários do banco não haver conhecimento sobre a economia solidária, a agente de crédito descreve o Banco Quixadá como um projeto social criado pelo Centro de Desenvolvimento do Trabalho Integrado ao Social (CDTIS) de



Quixadá, com o objetivo de proporcionar melhorias para as pessoas mais carentes de uma comunidade.

5.2 Relato de experiência

A experiência que relato, deu-se no bairro Campo Velho no município de Quixadá-Ce, local onde é utilizada a moeda social Monólito, como alternativa de melhorar a circulação de renda na comunidade.

Antes de realizar a pesquisa no local com os devidos sujeitos os comerciantes, procurou-se a agente de crédito do banco para buscar mais informações sobre os comércios da localidade, até então só tinha sido repassado apenas à quantidade de estabelecimentos. Assim sendo, não foi satisfatório quando se buscou por mais detalhes para facilitar a pesquisa, a funcionária colocou dificuldades para disponibilizar os dados, como nome e endereço dos estabelecimentos que recebem a moeda.

Diante dessa limitação imposta pela agente de crédito de obter essas informações que seriam viáveis para progresso em campo, então se prosseguiu com a pesquisa, deslocando-se para cada estabelecimento existente no bairro, para facilitar o andamento contratou um moto táxi para guiar pelas ruas do bairro. Assim passou-se nos comércios de cada rua, identificando-se e logo em seguida direcionando as seguintes perguntas “se conhecia a moeda Monólito”, “se seu estabelecimento usava essa moeda”, para afins obtendo respostas não louváveis a pesquisa.

Percebeu-se outra dificuldade, em não ter a colaboração dos sujeitos do estudo, com isso utilizou o método da observação para com os mesmos diante das respostas dadas, além de observar o local que estava passando.

Então constatou-se haver estabelecimentos que só conheciam a moeda por falar, não usavam em seu estabelecimento, obtendo como resposta: “ouvi falar, mas não uso”. Outros comércios falam que se cadastraram para receber a moeda, mas não apareceu no seu estabelecimento relatando: “me cadastrei, mas nunca apareceu a moeda aqui”. Já em outros comércios relataram que utilizou até dois meses “recebia aqui, mas antes de dois meses não quis mais” questionando o motivo da desistência de receber a moeda, responderam “porque recebia pouco dinheiro”. Além dos estabelecimentos que relataram nem ouvir falar da moeda.

Evidenciou ainda que os principais sujeitos do estudo que recebem a moeda Monólito se recusaram a responder a entrevista, quando afirmavam conhecer e receber a moeda, pediu-se para participar da pesquisa explicando como iria ocorrer, porém se recebeu as seguintes respostas: “não quero participar”; “não vou responder perguntas”. Na tentativa de obter mesmo poucas respostas tentaram-se discorrer na conversar sobre as perguntas da entrevista, de forma que pudessem responder com um Sim ou Não, mas não foi favorável.

Assim sendo, diante dessa dificuldade que se encontrou durante a pesquisa em campo, observou que os sujeitos do estudo que se recusaram a participar, possuem estabelecimentos pequenos que podem ser vistos como mercearias¹¹, locais em que se vende de tudo um pouco. Percebeu-se ainda que alguns dos comércios ficavam dentro de suas residências e, ao observado, os donos eram, prioritariamente, idosos.

¹¹ De acordo com dicionário online Mercearia significa: Lugar dedicado à venda de produtos alimentícios, bebidas e artigos de uso doméstico; armazém, venda.



Com isso, o ocorrido durante a trajetória da pesquisa em campo vem dar embasamento aos resultados, mas o estudo não foi totalmente falho com as entrevistas, tivemos um comerciante que não se recusou a responder. Vejamos a seguir o resultado da entrevista que alicerçou contribuições ao estudo.

5.3 Contribuição da moeda social Monólito em um comércio

Nessa etapa da pesquisa é importante caracterizar o perfil socioeconômico e demográfico do participante. Além de destacar o período de utilização da moeda Monólito no estabelecimento.

Salienta-se que a amostra foi composta de apenas um participante, com idade de 31 anos, de etnia parda, o qual declarou seu estado civil de solteiro, possui escolaridade superior completo, cursando especialização, tem um filho. É residente do município de Quixadá, sua profissão é empresário, com renda mensal entre 1 e 2 salários-mínimos.

Seu negócio é no ramo de varejo alimentício, que está localizado no bairro Campo Velho município de Quixadá-Ce. O comerciante declarou ser um pequeno negócio quando iniciou, no qual o dono era seu pai. Atualmente o comércio cresceu e está sendo administrado por ele. Diante disso, se perguntou sobre o tempo que vem utilizando a moeda Monólito no seu estabelecimento, o participante também relatou um período em que a moeda estava mais fraca na comunidade, isso decorrendo pela falta de recursos. Observe o relato que segue:

“No ano que foi inaugurada em 2011 essa moeda ela tinha o objetivo de ser utilizada em toda a cidade, mas não foi possível conforme ficamos sabendo que não houve recursos para se expandir por todo o território, escolhendo um local que houvesse mais pessoas carentes. Então depois que ela foi inaugurada no ano seguinte foi feito o cadastro no banco para receber a moeda no estabelecimento, esta com mais ou menos uns 8 anos que utilizo, no decorrer desse tempo houve um período, não lembro o ano que ela quase parava de circular, isso por falta de apoio para manter o banco”. - Comerciante

Assim sendo, veremos a seguir a divisão em 4 categorias para melhor compreender a entrevista com o comerciante.

5.3.1 Categoria 1: Adesão a moeda Monólito

Esta categoria permite conhecer como se deu o processo de cadastramento do comércio no Banco Quixadá, o participante relatou o seguinte:

“Recebemos os funcionários do banco convidando o estabelecimento para se cadastrar, eles antes de fazer o cadastro explicam como funciona e é os procedimentos em relação à troca e ao uso da moeda, que só é permitido dentro daquele bairro, nos locais que se cadastraram e aí então é assinado um contrato para permitir que se receba a moeda no comércio”. - Comerciante

Leal e Almeida (2016), relatam como ocorreu o cadastramento dos comércios do banco Comunitário Olhos D'Água, sendo inicialmente realizada uma visita e em seguida efetuado o cadastro para aderir a moeda.

Colaborando com o argumento anterior sobre como o comércio aderem ao sistema da moeda social Rigo e França Filho (2017, p. 18), destacam o caso da moeda Palmas,



ressaltando a estratégia do Banco Palmas para fazer a moeda circular. Como incentivo “foi sensibilizar os comerciantes locais para que aceitassem a moeda social como meio de pagamento, por meio de incentivos como a criação de linhas de crédito [...] que aceitassem receber o pagamento dos clientes em Palmas”. Assim sendo, tantos os comércios como os moradores aderem à moeda no seu dia a dia, cientes que a mesma só pode ser utilizada dentro daquela comunidade.

5.3.2 Categoria 2: Desenvolvimento do comércio e economia local

Nessa categoria, evidenciam-se quais as contribuições que ocorreu com uso da moeda Monólito, tanto para o comércio e para a comunidade. Assim foi indagado se o seu negócio melhorou e como a moeda Monólito ajudou no desenvolvimento do seu comércio, o participante disse que:

“Sim. Com a moeda em vigor o estabelecimento ganhou novos clientes o que fez com que aumentassem as vendas no comércio”. -Comerciante

Para o IPEA (2017, p. 11), as iniciativas de finanças solidárias visam dar suporte financeiro para atividades produtivas diversas no campo da economia popular, provendo recursos para seu funcionamento [...] com o intuito da continuação ou do aprimoramento de seus negócios.

Em virtude da contribuição da moeda monólito no comércio, buscou-se saber dessa contribuição para a economia da comunidade. Então questionou se houve desenvolvimento da economia local e quais foram às contribuições para a comunidade depois que passou a utilizar a moeda monólito. O participante ressaltou que:

“Sim. Observa que dentro da comunidade teve-se mais circulação de renda, embora os empréstimos da moeda monólito são realizados em pequenos valores pelos consumidores, eles usam conforme as suas necessidades. Mas ela é vantajosa para o comércio, possibilitando maior consumo e produção na comunidade”. – Comerciante

Frente ao que fora referido pelo participante, Raposo e Faria (2017), ressaltam que o fluxo da moeda social vem alicerçar no comércio local um aumento no seu lucro com a inserção de novos clientes, fazendo com que eles invistam mais nos seus estabelecimentos, assim como, permite aos consumidores a oportunidade de comprar de forma a suprir suas necessidades. Essa circulação da moeda social vem possibilitar dentro da comunidade o poder de consumo e a produção do desenvolvimento local.

Oliveira et al. (2018), constatam em seus estudos sobre a moeda social Ideal, que a mesma está potencializando consumo e produção na comunidade, além de promover a renda para as pessoas carentes, também aumenta o poder de comprar das pessoas que utilizam a moeda, fazendo com que os comércios consigam mais clientes e ofereça vantagens como descontos em suas compras.

Notável que a moeda Monólito tenha essa relevância dentro da comunidade, o que revela que sua aplicação é de forma positiva para o comércio, mesmo que a sua distribuição ainda aconteça de forma pequena para os consumidores, mas não deixa de alicerçar contribuições benéficas aos usuários do bairro.



Com isso, para Rigo (2014), compreende-se que a criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento por meio da moeda social tem o objetivo de impulsionar a economia local e melhorar a circulação de renda.

5.3.3 Categoria 3: Sugestões para fortalecimento da moeda Monólito na comunidade e o diferencial das outras comunidades.

Nessa etapa é possível perceber pontos citados pelo participante, que devem ser melhorados para que a comunidade avance em seu desenvolvimento com o uso da moeda Monólito.

“Bom é um projeto que trás oportunidade de melhorar a vida das pessoas, principalmente das que passam por necessidades”. - Comerciante

Leal e Almeida (2016, p. 151), em um estudo do Banco Comunitário Olhos D’Água revelam que a elaboração de bancos comunitários é uma ação que presta “serviços financeiros solidários, que se volta para um público caracterizado por alto grau de vulnerabilidade social e baixo índice de desenvolvimento humano, vivendo de trabalhos precários e programas governamentais de transferência de renda”.

Visto isso, compreende-se que os BCDs estão ligados à solidariedade, de tal maneira que as suas atividades sejam desenvolvidas para a população que apresenta maiores dificuldades financeiras.

Observe a seguir que a participação de políticos é um ponto citado pelo participante como sugestões para melhorar o uso da moeda dentro da comunidade.

“[...] Então considero que deveria haver mais interação dos políticos, havendo esse engajamento em contribuir com recursos de maneira a ampliar o volume de moedas dentro da comunidade e assim o banco poder ter mais serviços, procurando expandir em outros comércios dentro do bairro não só na área de alimentos [...]”. – Comerciante

Sabe-se que a contribuição de representantes no poder vem a ser um suporte para o desenvolvimento de projetos desse tipo. Lucena (2013, p. 124), aponta em seu estudo na comunidade de São Rafael, a iniciativa dos responsáveis do banco em procurar dialogar com entidades municipal e estadual, na tentativa de apoio ao projeto, contudo “não houve avanço no que tange a um apoio efetivo à iniciativa do banco”.

Oliveira et al. (2018, p. 481), destacam que “apesar das limitações políticas e institucionais, as moedas sociais apresentam ainda a potencialidade para promover a ativação de capacidades produtivas” e assim favorecer para as comunidades um desenvolvimento econômico local e solidário.

Outro ponto que o participante relata é a falta de conhecimento da população sobre a moeda.

“[...] E também a população tomar mais conhecimento da moeda no bairro sendo isso o papel dos funcionários do banco em divulgar na comunidade, pois muitas pessoas não têm conhecimento. Assim seria mais visível a circulação e o desenvolvimento em todo bairro”. – Comerciante



Diante do exposto, identifica-se que apenas parte da população da comunidade sabe da existência da moeda Monólito, o que revela que “é importante sensibilizar a população para este projeto inovador, respeitar as diferenças entre as comunidades a abranger e apresentar o projeto como ferramenta para o desenvolvimento do local” (SILVA, 2013, p. 66).

Assim percebem-se as possíveis dificuldades atreladas para a utilização da moeda dentro da comunidade, como o participante citou que deve haver um apoio dos políticos, isso pode ser visto como possível solução para os problemas enfrentados, em que os mesmos devem ser procurados e mostrar as boas ações que o projeto vem trazendo para a comunidade e assim pedir-se o apoio para manter essa economia do bairro, que facilita o consumo da população mais carente.

Com isso, consegue-se perceber que a moeda Monólito tem possibilidades viáveis para crescimento na comunidade. Corroborando com o mencionado, Oliveira et al. (2018, p. 482), sanciona em seu estudo da moeda social Ideal, que mesmo a moeda não atingindo toda a comunidade em que está inserida, é vista sua potencialidade para adquirir abrangência em expansão e na criação de vantagens benéficas para a população.

Quando indagado sobre o diferencial da economia do bairro com o uso da moeda Monólito em comparação as outras comunidades que não usam essa moeda, o participante foi breve e relatou o seguinte:

“O diferencial da economia das outras comunidades, que havendo o apoio para fortalecer a moeda, faria circular uma renda maior e ajudaria as pessoas mais carentes no consumo aqui dentro do bairro”. - Comerciante

Frente a esse sentido, tem-se que a circulação de renda localmente pelo uso da moeda, é o diferencial das demais economias. Assim sendo, Lima (2011, p. 19), frisa a importância do uso de moedas sociais que “ganham um destaque por modificar a realidade das comunidades que adotam essa prática de característica socioeconômica, que conseguem de forma coletiva e autônoma resultados satisfatórios para seus usuários”.

5.3.4 Categoria 4: Conhecimento sobre a Economia Solidária

Nesta categoria, percebe não haver conhecimento sobre economia solidária, quando o participante foi indagado sobre esse termo e se o mesmo sabia se teria alguma ligação ao Banco Quixadá, ressaltou o seguinte:

“Eu como estudante, já ouvi falar sobre esse termo, mas não me interessei em saber mais. O Banco Quixadá é considerado um projeto social voltado para ajudar as pessoas que possuem maior necessidade. Mas nada foi dito que isso seria ação de Economia Solidária como você está me perguntando, é tanto que nem mesmo nas reuniões que tivemos não se falou nesse termo aí”. - Comerciante

Assim sendo, vislumbra-se não haver conhecimento da Economia Solidária (ES) na percepção dos moradores da comunidade e dos funcionários do banco. Diferente do estudo de Lucena (2013), que tanto a população de uma comunidade e os gestores de um banco comunitário tem conhecimento sobre economia solidária, é tanto que as lideranças locais já participaram de diversas atividades que envolvem a mesma, possibilitando ao grupo um melhor desempenho na comunidade.



Contudo, salienta-se que os Bancos Comunitários de Desenvolvimentos são mecanismos desenvolvidos pela ES, os quais estão incluídos nas finanças solidárias com o objetivo de ajudar a uma determinada população que enfrenta dificuldades financeiras. De acordo com IPEA (2017, p. 67), “os bancos comunitários surgem como inovações recentes no campo da economia solidária, sobretudo por proporcionar oportunidades de organização social em torno do tema das finanças em comunidades” que apresentam problemas financeiros, principalmente em comunidades com maior índice de vulnerabilidade social [...] os quais tem o intuito de possíveis vetores para o desenvolvimento local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi exposto na fundamentação teórica deste trabalho, um relato de experiência da pesquisadora através da observação e vivência durante a pesquisa em campo, decorrente dos sujeitos do estudo. Cabe salientar que os comerciantes se recusaram a participar da entrevista. Frente a isso, o estudo contou com apenas um comércio participante, que fundamentou a relevância do Banco Quixadá, através da moeda social monólito para um comércio do bairro Campo Velho, mostrando a contribuição para o desenvolvimento local.

Durante a atividade em campo, percebeu-se que alguns dos comerciantes, quando indagados sobre conhecer a moeda monólito, despertavam na sua fala não ter tanto conhecimento, outros não ter interesse, como também os que não conheciam a moeda. Enquanto os comércios que recebiam e recebem a moeda no seu estabelecimento não se interessaram em cooperar com a entrevista.

Observou-se ainda que os comerciantes, os quais constituem a população da amostra do estudo que recusaram a participar, possuem estabelecimentos pequenos que podem ser vistos como mercearias, ou seja, locais em que se vende de tudo um pouco, a saber: alimentos, bebidas, produtos de uso doméstico e entre outros. Percebeu-se ainda que alguns dos comércios estão localizados dentro de suas residências e, ao observado, os donos eram, prioritariamente, idosos.

No que se refere ao comerciante participante, constatou a contribuição da moeda monólito para o comércio, resultando no ganho de novos clientes em seu estabelecimento, fato esse que favorece o aumento das vendas, e assim vislumbrando que dentro da comunidade está havendo mais circulação de renda, possibilitando maior consumo e produção dentro da comunidade.

Contudo, evidenciou que a moeda monólito apresenta pontos que precisam ser aperfeiçoados quanto ao seu uso dentro do bairro, destacando a existência da necessidade do apoio do poder político com formas que sejam viáveis para manter as atividades ativas do Banco Quixadá, bem como ter mais interação dos responsáveis do banco com a comunidade, de maneira que possa ter maior expansão do uso da moeda quanto à população que necessita e estabelecimentos que recebam.

Diante disso, pode-se perceber a necessidade de assistência para manter as atividades do banco, de maneira a intensificar as oportunidades de crescimento para a comunidade. Para além disso, também potencializar um contato maior entre gestores do banco com o comércio e a população.

Ainda na entrevista, identificou-se na percepção dos gestores do banco e da população não terem conhecimento sobre a Economia Solidária. A saber, da importância que se tem o



Banco Quixadá no desenvolvimento do bairro, que está voltado para ajudar as pessoas com dificuldades financeiras. Assim sendo, é relevante a busca por compreender a ES, principalmente por parte dos funcionários do banco, de forma que se aperfeiçoem as atividades desenvolvidas dentro da comunidade.

Enfim, diante da pesquisa realizada, conclui-se que o Banco Quixadá é indutor da economia solidária, comprovando que ele acarreta benefícios para a comunidade, demonstrando ser uma ação inovadora que possibilita aumento no consumo por parte população carente do bairro e também contribui para o desenvolvimento principalmente dos pequenos empreendedores para fortalecer a economia local, apesar das dificuldades existentes na utilização da moeda.

É perceptível que, haja vista a participação de um único comércio, tal realidade torna-se uma fragilidade para a constatação mais fidedigna dos resultados alcançados. Desta forma, sugere-se que sejam desenvolvidas pesquisas com um quantitativo de maior representatividade. Além disso, faz-se importante que as universidades e a sociedade debatam e, sejam conhecedoras de ações que alicercem o desenvolvimento de comunidades que necessitam de oportunidades de melhoria para a população que vive na pobreza.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, E.R.; IRIGOYEN. **Política Pública do Microempreendedor Individual: perfil e evolução histórica**. 2017. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal Fluminense, Niteroi – RJ, 2017.

ARAÚJO, Fabiano Soria de. **Políticas de Microcrédito e Iniciativas de Desenvolvimento Social: Banco Capivari**. 2012. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia) – Curso de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDARIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BANCO QUIXADÁ. **Histórico do Banco Quixadá**. Quixadá, 2018a.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANCO, P.C.C. Diálogo entre análise de conteúdo e método fenomenológico empírico: percursos históricos e metodológicos. **Rev. Abordagem Gestáltica**. Goiânia, v.20, n.2, p.189-197, jul./dez. 2014.

BRASIL, 1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2015- 2019). Brasília, 2015.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL. **Iniciativas de Desenvolvimento Local – Série “Documentos e Estudos Internos”**. Lisboa, 1996.



COSTA, P. A; CARRION, R. S. M. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. **Otra Economía**, v. 3, n. 4, p. 66-81, 2009.

COSTA, W.F.; TITO, A.L.A.; BRUMATTI, P.N.M.; ALEXANDRE, M.L.O. Uso de instrumentos de coleta de dados em pesquisa qualitativa: um estudo em produções científicas de turismo. **Revista Turismo - Visão e Ação – Eletrônica**. v. 20, n. 1, jan - abr. 2018.

CULTI, M. N. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como Processo Educativo. **Otra Economía**, v. 3, n. 5, p. 146-165, 2009.

CUNHA, F. C; DIAS, A. A. B. A importância das moedas sociais nas feiras de economia solidária: um estudo de caso. **Cadernos Gestão Social**, v. 6, n. 2, 2015.

DIAS, A. A. B; CUNHA, F. C; ARAÚJO, T. V. C. O papel das moedas sociais nas feiras de economia solidária e seu papel no desenvolvimento regional. **Cadernos Gestão Social**, v. 6, n. 2, 2015.

ECOSOL. Base Brasília. Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL no DF. Brasília/DF, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Banco Comunitários de Desenvolvimento. In CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Edições Almedina, 2009, p. 35-36.

GERHARDT, T.E., SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. 1ª edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas em Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLTARA, Livia de Jesus. Moeda Social e Economia Local. 2015. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

KOHLER, Romualdo; OLIVEIRA, Marcos Prestes. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 6, 2013, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UNISC, 2013. p. 1-19.

LEAL, L.P.; ALMEIDA, S.C.S. Incubação de Iniciativas de Finanças Solidárias: Perspectivas da Gestão Coletiva dos Bens Comuns no Banco Comunitário Olhos D'água em Igaci, Alagoas. **Revista NAU Social**. Salvador: v.7, n.12, p. 143-162. Maio/Out 2016.

LIMA, José Carlos. **Bancos comunitários e moeda social como política para o desenvolvimento local – um estudo de caso sobre o bairro São José – João Pessoa – PB.**



23f. Trabalho de Conclusão de Curso (pós graduação em gestão pública municipal) – Curso de Economia, Universidade Aberta do Brasil, João Pessoa. 2011.

LOPES, O.M.V. Sobre estudos de casos e relatos de experiência. **REVRENE**. Fortaleza: v.13, n.4, p. 1-2, 2012.

LUCENA, Sarah Araújo de. **A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento**: um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário. 2013. 196f. Dissertação (Mestrado em Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATURANA, A.V.K.; COSTA, L.G. da.; KOHLER, R. Moeda social como instrumento de desenvolvimento local: um levantamento das práticas realizadas no território nacional. In: **XXVI Seminário de Iniciação Científica**. 2018, Rio Grande do Sul. Anais **2318-2385**. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2018. p.1-5.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. A. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

NASCIMENTO, L.P. **Elaboração de Projetos de Pesquisa**: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Núcleo de Economia Solidária-NESOL-USP e Instituto Palmas. **Banco palmas 15 anos: resistindo e inovando**. A9 Editora. v. 1. São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, E.G.; BENINI, E.G.; ESTIVAL, K.S.G.; NEMIROVSKY, G.G.; NASCIMENTO, F. Moedas Sociais e Suas Contribuições em Comunidades Economicamente Precarizadas. **Desenvolvimento em questão**. Unijuí: v.1, n.43, p.453-486, abr./jun, 2018.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAPOSO, Jacira Gomes. **Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: Gestão Social Comunitária e desenvolvimento Local**. 2014. 141f. Dissertação (Mestrado em Profissional em Gestão de Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RAPOSO, Jacira Gomes; FARIA, Maurício Sardá. Banco Comunitário e Moeda Social: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 11, n. 22, p. 551- 569, 2015.



- REDLASES. Rede Latino-Americana de Socioeconomia Solidária. **Moeda social e democracia: manual para compreender e fazer**. Buenos Aires, 2006.
- REGALA, G. A moeda social e o fortalecimento do espaço diferencial nas periferias. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (online)**, v. 19, n. 2, P.267-287, maio-ago. 2017.
- RIBAS, C. C. C; FONSECA, R. C. V. **Manual de metodologia OPET**. Curitiba, 2008.
- RIBEIRO, C. E. V. **Moedas Sociais**. 2013. vi, 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2013.
- RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. 2014. 344f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.
- RIGO, A. S; CANÇADO, A. C. Gestão Social e Construção de Espaços Públicos: Reflexões a Partir da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, Salvador/BA, v. 7, n. 1, p. 37-44, 2015. Disponível em: <<https://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/download/660/390>> Acesso em: 10/06/2018
- RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C. **Bancos Comunitários e moedas sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva**. 1 ed. Salvador: Edufba, 2017.
- RIGO, A.S.; FRANÇA FILHO, G.C. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cad. EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: v.15, n.1, p.169-193. Abri./jun., 2017.
- RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C; LEAL, L. P. Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 70-107, 2015.
- RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C; LEAL, L. P. Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a Experiência das Conchas em Matarandiba/BA. **Revista interdisciplinar de gestão social**, v. 4, n. 2, 2015.
- SANTOS, Renata Faria. **Economia solidária e organização do trabalho: um estudo de caso sobre as cooperativas leiteiras do Noroeste Fluminense**. 2009. vi. 87 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2009.
- SERPA, Luiz Carlos Moreira da Rocha. **Geração de trabalho e renda de forma sustentável através da economia solidária: a experiência do banco palmas**. 2008. 84f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.



SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Coêlho da. **Autogestão na Economia Solidária: metodologias e práticas coletivas de atores sociais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN, 2015.

SILVA, Maria Alice Queiroga da. **O Contributo dos Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Local e a Economia Solidária: Estudo de Caso do Banco Palmas**. 2013. 81f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais) – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2013.

SINGER, P. **Economia Solidária**. Entrevistador: Paulo de Salles Oliveira, Estudos Avançados 22 (62), 2008.

SOARES, Cláudia lúcia Bisaggio. Moeda Social. In CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Edição Almedina, 2009, p. 255-259.

SOARES, C. L. B. A moeda social e a Economia Solidária no Brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento. *Revista Orbis Latina*, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 54-69, 2011.

SOUZA, H. P. B; FERNÁNDEZ, R. V. G. MOEDAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA. In: 3rd International Conference on Social and Complementary Currencies, 2015, Bahia. Anais... Bahia: Management School at Federal University of Bahia, 2015. p. 1-17.

VIANA, L.; FONSECA, F. Impactos Sociais e Econômicos da Atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento nas Políticas Públicas. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.6, n.9, p.199-213, jul./dez. 2011.

VIDAL, Bruno. **Economia solidária como estratégia de distribuição de riqueza e desenvolvimento econômico e social no Brasil**. 2017. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ZOUAIN, D.M.; BARONE, F.M. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Rap**. Rio de Janeiro, v.42, n.6, p.1249-67, nov./dez. 2008.

Recebido em 29/07/2021

Aprovado em 27/08/2021